

COVAS CITADO

Governador terá de explicar dívida ao MPE

O governador Mário Covas (PSDB) foi citado pelo Ministério Público Estadual (MPE) para explicar o débito de R\$ 4,5 bilhões decorrente de ações judiciais. O MPE instaurou procedimento para investigar o calote do governo do Estado. O procurador-geral de Justiça, Luiz Antonio Marrey, quer "urgentes informações a respeito".

Cerca de 100 mil credores da administração estão na fila dos precatórios, como são denominadas as sentenças proferidas em ações indenizatórias e alimentares movidas por servidores. O Supremo Tribunal Federal (STF) examina 94 pedidos de intervenção em São Paulo por causa do não-pagamento dos precatórios.

Em março, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, entregou parecer ao STF, pedindo intervenção federal em São Paulo. Segundo Brindeiro, o não pagamento dos precatórios representa "na verdade, a mais explícita confissão de inadimplência e de desacato" a ordens judiciais.

O governo de São Paulo reconhece a existência da dívida, mas alega "insuficiência de caixa". O MPE trabalha com a informação de que, embora alegue falta de li-

quidez, o governo Covas abriu, por decreto, créditos suplementares de meios da ordem de R\$ 4 bilhões. Para abertura de créditos é necessário que haja superávit financeiro.

O MPE abriu investigação sobre os precatórios atendendo representação do deputado José

Roberta Dabdam/AE — 7/2/95



Mário Covas

Eduardo Ferreira Netto, líder do PDT na Assembleia Legislativa. Ferreira Netto acusa Covas pela "prática de ato de improbidade administrativa".

O procurador-geral Luiz Antonio Marrey pretende descobrir também por que a Fazenda não quitou dívida de R\$

350 milhões referentes a precatórios consignados na Lei Orçamentária de 1995. A Constituição estabelece que o valor expresso no orçamento deveria ter sido liberado até 29 de dezembro último. Essa verba não pode ser desviada.

Apesar de não acatar as sentenças da Justiça, o governo está honrando acordo especial celebrado com a Prefeitura Municipal de Guarulhos, atendendo pedido do deputado Paschoal Thomeu (PPB), aliado governista na Assembleia Legislativa. O Palácio dos Bandeirantes liberou crédito de R\$ 19,8 milhões à Prefeitura.

Fausto Macedo